

LEI Nº 2.874/2025

CERTIFICO QUE FIZ PUBLICAR NO MURAL

EM 7.7 108 120 25

Gabinata da Profeita

MARIO CESAR SPADETT CHEFE DE GABINETE

DECRETO Nº 11.066/2025

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE CAFÉ DE QUALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo, no uso de suas legais atribuições que lhe são conferidas em Lei faz saber que a Câmara Municipal de Muniz Freire/ES aprovou e ele sanciona a seguinte

### LEI

Art. 1°. Fica criado o Programa Municipal de CAFÉ DE QUALIDADE, com o objetivo de melhorar a qualidade do café produzido no município de Muniz Freire, por meio do incentivo à produção, industrialização e comercialização de cafés de alta qualidade.

**Art. 2°**. São objetivos do Programa Municipal de CAFÉ DE QUALIDADE:

I. elevar o padrão de qualidade dos cafés produzidos em território munizfreirense e fomentar a produção de cafés especiais;

II. estimular a sustentabilidade ambiental, econômica e social da produção e dos produtores de café por meio da agregação de valor ao produto e modelos de produção ambientalmente adequados;

III. desenvolver tecnologicamente a cadeia produtiva do café regional;

IV. estimular o aproveitamento da diversidade cultural e climática das regiões produtoras no município para produção de cafés especiais e de qualidade superior;



V. a adequação da ação governamental às peculiaridades e diversidades regionais, considerando as dimensões do território muniz-freirense;

VI. promover a articulação e colaboração entre os entes públicos federais, estaduais e municipais e o setor privado para alcançar os objetivos propostos;

VII. valorizar e promover os cafés de Muniz Freire e o acesso a mercados de cafés especiais e de qualidade, visando agregar valor à produção e estimular a economia agrícola local.

### Art. 3°. São instrumentos do Programa:

I. a pesquisa agrícola e o desenvolvimento tecnológico;

II. a assistência técnica e a extensão rural;

III. a capacitação gerencial e a formação de mão de obra qualificada para as técnicas recomendadas no processo produtivo do café;

IV. o associativismo, o cooperativismo e os arranjos produtivos locais;

V. as certificações de origem, social e de qualidade dos produtos;

VI. a realização de encontros e visitas técnicas;

VII. a promoção e realização de Concurso de Cafés de Qualidade com apoio de instituições públicas do setor agrícola e da iniciativa privada;

VIII. os fóruns, câmaras e conselhos setoriais, públicos e privados;

IX. a participação em feiras do segmento visando divulgar o café local para o mercado consumidor e atrair negócios para a cadeia produtiva;

y und



X. a execução de serviços transitórios para o beneficiamento do café, através de: secadores, máquinas de pilar, medidores de umidade, despolpadores variados, beneficiadores, terreiros suspensos e etc., visando à melhoria da qualidade do produto final e à redução dos custos de produção;

XI. o desenvolvimento, ampliação e estímulo da "Sala de Torra e Sala de Degustação" da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, tornando a pilar fomentador da qualidade dos cafés produzidos no Município.

Art. 4°. Na formulação e execução do Programa, os órgãos competentes deverão:

I. estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas;

II. levar em consideração as demandas e sugestões do setor cafeeiro e das comunidades rurais produtoras do grão e dos consumidores;

III. apoiar o comércio interno e externo de cafés especiais e de qualidade;

IV. estimular projetos direcionados ao atendimento das demandas do mercado de cafés especiais e de qualidade;

V. fomentar tecnologias de produção e industrialização que visem à elevação da qualidade do produto;

VI. promover o uso de boas práticas agrícolas;

VII. adotar ações sanitárias e fitossanitárias visando elevar a qualidade da produção cafeeira;

VIII. incentivar e apoiar as organizações de produtores de cafés, em especial as especificas de cafés de qualidade;



IX. promover a execução de serviços com máquinas e equipamentos para auxílio do beneficiamento do café, priorizando pequenas propriedades e cooperativas, que participarem do programa, e oferecer capacitação aos produtores para o uso adequado das máquinas e equipamentos.

**Art. 5°**. A presente Lei será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Muniz Freire/ES, 27 de agosto de 2025.

GESLANTONIO DA SILVA JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL